g) «Cave», piso (s) de um edifício situado abaixo da cota de soleira;
 h) «Colmatação», preenchimento com edificação de um prédio situado em espaço de colmatação, quer se trate da construção ou da substituição por novas edificações;

i) «Corpo balanceado», elemento saliente e em balanço relativamente às fachadas de um edifício;

j) «Elementos amovíveis», toda a instalação colocada, quer em edifícios, quer no solo, por tempo determinado e em circunstâncias devidamente fundamentadas, sem elementos de alvenaria ou outros que, de qualquer forma, lhe confirmam fisicamente caráter de permanência;

k) «Envolvente», malha urbana em que o edifício se insere;

l) «Equipamento lúdico ou de lazer», qualquer edificação coberta ou não coberta, destinada ao uso particular para recreio, com a altura inferior a 2,60 m ao beirado ou plataforma e área inferior a 50 m²;

m) «Espaço e via públicos», área de solo do domínio público destinada à presença e circulação de pessoas e ou veículos, bem como à qualificação e organização da vila;

n) «Estufa», construção de caráter ligeiro em material translúcido, em que a cultura se eleva para cultura de espécies vegetais ou florícolas;

o) «Faixa de Rodagem», parte da via pública especialmente destinada à circulação, paragem ou estacionamento de veículos, constituída no essencial por uma ou mais vias de circulação com sentidos diversos, e por zonas especialmente vocacionadas ao estacionamento;

p) «Infraestruturas gerais», as que tendo um caráter estruturante ou estejam previstas em PMOT, servem ou visam servir mais que uma operação urbanística, sendo da responsabilidade da autarquia;

q) «Infraestruturas locais», as que se inserem dentro da área objeto da operação urbanística e decorrem diretamente desta e ainda as de ligação às infraestruturas gerais, da responsabilidade, parcial ou total, do ou dos promotores da operação urbanística;

r) «Infraestruturas urbanísticas», sob esta designação genérica incluem-se as vias e o estacionamento, as redes de água, esgotos domésticos e pluviais, redes de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, gás e telefone e recolha de lixo, os espaços verdes e os equipamentos de utilização coletiva, tais como os de educação, desporto, saúde, segurança social, cultura, proteção civil e lazer;

s) «Logradouro», área do prédio correspondente à diferença entre a sua área total e a área de implantação dos edifícios implantados no prédio;

t) «Lugar de estacionamento», área do domínio público ou privado destinada exclusivamente ao aparcamento de um veículo;

u) «Mobiliário urbano», todos os artefactos integrados no espaço público que se destinem a satisfazer as necessidades de funcionamento e fruição da vida urbana;

v) «Número de pisos», número total de pavimentos sobrepostos, incluindo as caves com uma frente livre e os aproveitamentos das coberturas em condições legais de utilização;

w) «Pérgula», construção de caráter ligeiro constituída por elementos do tipo retilíneos, sem cobertura, inclinados ou não, e suportados por pilares e ou vigas;

x) «Piso recuado», piso em que se verifica uma distância entre o seu alinhamento e o plano da fachada do edifício que confina com a via pública;

y) «Profundidade máxima da construção», dimensão horizontal do afastamento máximo entre a fachada principal e a fachada tardoz de um edifício;

z) «Superfície impermeabilizada (SI)», soma das áreas do terreno ocupadas por edifícios, piscinas, vias, caminhos, passeios, estacionamentos e outras obras pavimentadas ou compactadas que de qualquer forma impermeabilizem o terreno;

aa) «Superfície de pavimento», soma das áreas brutas de todos os pavimentos de edifícios construídos ou a construir, acima e abaixo do solo. Excluem-se da superfície de pavimento, para efeitos da aplicação do índice de construção, as seguintes situações:

i) Terraços e varandas descobertas;

ii) Garagens ou espaços para estacionamento, desde que o pé-direito seja inferior ou igual a 2,40 m em pelo menos 80 % da sua área bruta;

iii) Serviços técnicos de apoio aos edifícios, tais como postos de transformação, centrais de emergência, caldeiras, ar condicionado, bombagens de água ou esgotos e espaços de utilização dos condóminos, desde que se situem nas caves ou coberturas dos edifícios;

iv) Galerias e escadas, desde que de uso público, mesmo que cobertos pela edificação;

v) Sótãos não habitáveis;

bb) «Telas finais», peças e escritas e desenhadas que reproduzem as retificações e alterações introduzidas no decurso da obra e que traduzem o que foi efetivamente construído;

cc) «Telheiro», coberto executado em material duradouro de construção, não encerrado entre paredes;

dd) «Varanda», o corpo, balanceado ou recuado, total ou parcialmente aberto, com acesso pelo interior do edifício;

ee) «Via de circulação», espaço-canal ou zona longitudinal da faixa de rodagem destinada à circulação de uma única fila de veículos.

207184809

MUNICÍPIO DE LEIRIA

Aviso n.º 10589/2013

Alteração à licença de operação de loteamento — Abertura de procedimento de consulta pública — Processo de loteamento n.º 43/95

Lino Dias Pereira, Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras Municipais, no uso da competência delegada (Edital n.º 16/2013) torna público, nos termos da alínea d) do n.º 1, do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.), conjugado com o disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado, bem como da deliberação do executivo datada de 09/07/2013, que se submete a discussão pública o pedido de alteração à licença de operação de loteamento, cuja apreciação decorre na Câmara ao abrigo do processo n.º 43/95.

A alteração consiste na mudança da parcela destinada a equipamento, com a área de 1.180,00 m², do domínio público para o domínio privado do Município.

O período de discussão pública decorre pelo prazo de quinze dias úteis, contados a partir do oitavo dia útil seguinte à data da respetiva publicação em jornal, em *Diário da República*, e no sítio do Município de Leiria na Internet, podendo no decorrer deste período, os interessados vir a pronunciar-se por escrito sobre a alteração pretendida, mediante requerimento dirigido ao Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Leiria, a remeter ou entregar no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, deste Município, onde se encontra patente o respetivo processo, para eventual consulta, todos os dias úteis entre as 09:00 horas e as 16:30 horas.

E para constar, se lavrou o presente Aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados no edifício-sede do Município e da respetiva Freguesia, bem como de anúncio a publicar em dois jornais locais, em *Diário da República*, e no sítio do Município de Leiria na Internet.

24 de julho de 2013. — Por delegação do Presidente da Câmara Municipal, o Vereador, *Lino Dias Pereira*.

307162922

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 10590/2013

Sebastião Francisco Seruca Emídio, presidente da Câmara Municipal de Loulé, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, na sua redação atual, que a Assembleia Municipal de Loulé aprovou, em 19 de junho de 2013, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do RJIGT, uma alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM de Loulé), com a redação atual conferida pelo Aviso n.º 5374/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, e pelo Aviso n.º 14022/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de julho, na sequência da entrada em vigor de Planos Municipais de Ordenamento do Território, designadamente:

A alteração ao PP de Vale do Lobo n.º 3 (12.ª Fase do Empreendimento de Vale do Lobo), com a redação conferida pelo Aviso n.º 3203/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março de 2013.

Plano de Urbanização de Caliços-Esteval, publicado sob o Aviso n.º 4429/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 28 de março.

Esta alteração enquadra-se nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 97.º do RJIGT, a qual se traduz em alterações na redação dos artigos 14.º, 29.º e 33.º todos do Regulamento do PDM de Loulé.

8 de agosto de 2013. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

Deliberação

Nos termos regimentais certifico que, o ponto 4. da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé de 19 de

junho de 2013, relativo à Aprovação da Alteração por Adaptação do PDM de Loulé, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do RJIGT e ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, foi aprovada por Maioria.

Vai esta por mim, Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, ser assinada conjuntamente com a Senhora 1.ª Secretária da Mesa, levando ainda aposto o selo branco deste Município.

Loulé, 19 de junho de 2013. — A Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, *Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha*. — A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal de Loulé, *Maria Helena Guerreiro Batista*.

Alterações ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé

Artigo 1.º

Os artigos 14.º, 29.º e 33.º do regulamento do PDM passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

PP de Vale do Lobo n.º 3 (12.ª Fase do Empreendimento de Vale do Lobo), ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2004, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 87, de 13 de abril de 2004 e, alterado pelo Aviso n.º 3203/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março de 2013.

PU de Caliços Esteval, publicado sob o Aviso n.º 4429/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 28 de março de 2013.

Artigo 29.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Os parâmetros urbanísticos fixados neste artigo não se aplicam à área abrangida pelo seguinte plano municipal de ordenamento do território enquanto plenamente eficaz:

PU de Caliços Esteval, publicado sob o Aviso n.º 4429/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 28 de março de 2013.

Artigo 33.º

[...]

- 1 —
- 2 — Os parâmetros urbanísticos fixados neste artigo não se aplicam à área abrangida pelos seguintes planos municipais de ordenamento do território enquanto plenamente eficazes:

PU de Caliços Esteval, publicado sob o Aviso n.º 4429/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 28 de março de 2013.»

607186891

MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

Aviso n.º 10591/2013

Abertura de concurso externo de ingresso

Nos termos do disposto no artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27/02, na sua redação atual, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/09, na sua redação atual, conjugados com o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25/06, torna-se público que, por meu despacho de 25/07/2013, após deliberações favoráveis do órgão deliberativo e do órgão executivo de 21/06/2013 e 09/07/2013, respetivamente, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da presente publicação, concurso externo de ingresso para admissão de um Fiscal Municipal de 2.ª classe, para a Divisão de Administração Geral, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, e ocupação de

posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal deste município.

1 — Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 204/98, de 11/07, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25/06; Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24/03; Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, na sua redação atual; e Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na sua redação atual.

2 — Âmbito de recrutamento: nos termos dos n.ºs 4 e 6 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento iniciar-se-á de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e, na impossibilidade de ocupação do posto de trabalho com um de tais trabalhadores, e em obediência aos princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável, ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, tendo a Assembleia Municipal deliberado favoravelmente nesse sentido em sessão de 21/06/2013, nos termos do n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

2.1 — Quanto às prioridades de recrutamento, obedecer-se-á ao disposto no artigo 51.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31/12.

3 — Caracterização do posto de trabalho — o descrito no Despacho n.º 20/94 (2.ª série) de 12 de maio de 1994.

4 — Reserva de recrutamento: para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na sua redação atual, declara-se não estar constituída qualquer reserva de recrutamento no próprio organismo para o posto de trabalho a ocupar, e, consultada a Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), de acordo com a atribuição que é conferida ao INA pela alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29/02, foi, por e-mail rececionado em 11/07 do corrente, declarada por esta entidade a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado, dado não ter ainda decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento.

5 — Prazo de validade — o concurso é válido para o posto de trabalho a ocupar, caducando com o seu preenchimento.

6 — Local de Trabalho — O local de trabalho será na área do Município da Lourinhã.

7 — Remuneração: escalão 1, índice 199, correspondente ao montante de 683,13€, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado — 2013)

8 — Requisitos de admissão — Podem ser opositores ao concurso os indivíduos que reúnam, cumulativamente e até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, os requisitos gerais e específicos estabelecidos no presente aviso, sob pena de exclusão:

8.1 — Requisitos gerais de admissão:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8.1.1 — A entrega dos documentos comprovativos da posse destes requisitos de admissão é dispensada aquando da candidatura, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra no formulário tipo de candidatura (campo 7), de utilização obrigatória, a situação em que se encontra perante os mesmos.

8.2 — Requisito específico de admissão: 12.º ano de escolaridade e posse de Curso de Formação Profissional de Fiscal Municipal ministrado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica, conforme Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30/12, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, na sua redação atual.

8.2.1 — Não é admitida a possibilidade de substituição da habilitação literária exigida por formação e ou experiência profissional relevantes.

9 — Forma e prazo de candidatura: a candidatura é efetuada nos 10 dias úteis a contar a partir da data da presente publicação, em suporte de papel através do preenchimento de formulário de utilização obrigatória, disponibilizado na página eletrónica deste município (www.cm-lourinha.pt) e na área de Recursos Humanos, e entregue pessoalmente na área de Recursos Humanos das 9h às 12.30h e das 14h às 17.30h, no prazo fixado, ou remetida por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado, para Praça José Máximo da Costa, 2534-500 Lourinhã, e endereçada ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.